



Forestis

SUMÁRIO

Editorial	3
Vida da <i>Forestis</i>	4
Vida das Associações Florestais	13
Ficha Técnica	18

FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL
Nº 14

EDITADO POR: *Forestis* – AFNCP;

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR DA UNIV. DO PORTO, R. DO CAMPO ALEGRE, 823,
4150-180 PORTO – TELF: 22 6006129 • FAX: 22 6090156 • EMAIL: forestis@mail.telepac.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA

COORDENAÇÃO: CAROLINA DOMINGUEZ

COMITÉ DE REDACÇÃO: EQUIPA TÉCNICA DA *Forestis*

NESTE NÚMERO COLABORARAM: ALEXANDRE GOMES, AMÁLIA NETO, ARMANDO PIRES, ARTUR MOTA,
CAROLINA DOMINGUEZ, JOSÉ BENTO SILVA RAMOS, MARIA FERNANDA RIBEIRO DOS SANTOS,
MARGARIDA BARBOSA, NUNO CALADO, RICARDO SALDANHA, ROSÁRIO ALVES, SÉRGIO MARABUTO
E ZULMIRA CAMPELO

EDITORIAL

A Gestão Florestal Associada



Um dos principais objectivos da *Forestis* é a *melhoria da produção florestal, encorajando a rentabilidade das respectivas propriedades* [art.º 3.º a) dos Estatutos].

Atingir este objectivo só é possível gerindo a floresta. Como se sabe, gerir é prever, planear, executar e controlar as realizações. Deste modo, gerir a floresta implica conhecer como vai evoluir o mercado dos produtos florestais assim como o dos factores de produção, estabelecer planos de gestão (o que produzir, em que terrenos, com que meios financeiros, com que mão-de-obra, etc), pôr em prática esses planos e avaliar os resultados. De acordo com os resultados obtidos, os planos deverão ser ajustados em conformidade.

Olhando à nossa volta, por regra apenas as grandes empresas, nomeadamente as indústrias utilizadoras de madeiras, estão a fazer gestão florestal. Os restantes produtores florestais limitam-se, também em regra, apenas a cortar as árvores quando elas estão suficientemente crescidas. O resultado é que as produções florestais atingem no primeiro caso umas 12 ton./ha/ano, ao passo que no segundo dificilmente atingirão as 5 ton./ha/ano, com a floresta de pinheiro bravo a transformar-se em floresta de eucalipto, senão em austrálias, ou mesmo mimosas. Não temos dúvidas que esta degradação só se pode travar com uma correcta gestão florestal.

Mas fazer gestão florestal no minifúndio só é viável em áreas agrupadas. Só assim se consegue mais baixos custos por hectare e uma boa eficácia na prevenção dos incêndios, aumentando-se por consequência os lucros.

Constatando-se estes factos não restam dúvidas de que a *Forestis* deve avançar com o estudo da gestão florestal associada. Para isso a Eng.ª Maria do Rosário Alves ficou encarregada de recolher toda a informação possível sobre este tema e de a fazer chegar aos produtores florestais através de vários meios de comunicação, nomeadamente este *Boletim Informativo*.

Alguns dos temas mais importantes são:

- quem deve fazer a gestão associada;
- o tipo de contrato entre o produtor e a entidade gestora;
- a avaliação da capacidade produtiva dos terrenos;
- as tabelas de crescimento das várias espécies de árvores em função do solo, exposição, altitude, etc.;
- os meios de financiamento;
- as operações de exploração florestal indicadas para cada caso e os seus custos;
- os estudos sobre as causas dos incêndios;
- a avaliação do risco de incêndio;
- etc.

O tema é aliciante, mas sentimos uma grande falta de informação. Pedimos aos nossos leitores que queiram dar-nos contributos sobre estas tão vastas e importantes matérias no-los façam chegar.

Desde já agradecemos.

José Bento Silva Ramos
(Presidente da Forestis)

VIDA DA *Forestis*

Audiência com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural

1. Sentindo a necessidade de participar activamente na construção da política e dos instrumentos que condicionam a evolução da floresta em Portugal, nos próximos anos, e não tendo tido, institucionalmente, oportunidade para o fazer num quadro organizado, a *Forestis* solicitou uma audiência ao Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, para expressar as suas preocupações pela forma como os assuntos da floresta estavam a ser tratados e, simultaneamente, apresentar formalmente o seu parecer, relativamente aos documentos de programação que foi conseguindo obter de modo informal. É dessa audiência, que se realizou no passado dia 27 de Agosto, que fazemos uma pequena síntese, já que são muito importantes os pontos tratados.

Entretanto, e porque nos pareceu útil, fazemos previamente, no ponto 2, a seguir, uma pequena síntese da forma como está estruturada a programação para o período III QCA (Quadro Comunitário de Apoio).

2. A programação florestal para o período 2000 – 2006 é feita através do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), e do Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu).

2.1. O PDR contém as medidas de carácter estrutural co-financiadas pelos Fundos Estruturais, particularmente Secção Orientação do FEOGA. Este Plano integra vários Programas Operacionais:

Programa Operacional Nacional «Agricultura e Desenvolvimento Rural», que trata as medidas e acções relacionadas com:

- Arborização e beneficiação florestal;
- Colheita, transformação e comercialização de produtos florestais;
- Programação e qualificação de produtos florestais.

Programas Operacionais Regionais – Eixo Agricultura e Desenvolvimento Rural, que tratam os aspectos ligados à:

- Instalação de organizações de produtores florestais;
- Desenvolvimento de serviços de natureza florestal;
- Prevenção de riscos provocados pelos agentes bióticos e abióticos;
- Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público.

2.2. O Plano de Desenvolvimento Rural, agrupa as cinco intervenções co-financiadas pelo FEOGA:

- Reforma antecipada (de que um dos objectivos é reafectar terras agrícolas à utilização não agrícolas, para melhorar a sua viabilidade económica);
- Indemnizações compensatórias (para garantir a continuidade da utilização das terras agrícolas, manter o espaço natural e métodos de exploração sustentáveis);
- Florestação de terras agrícolas (para incentivar a utilização dos solos e aumentar a oferta de produtos florestais);
- Medidas Agro-ambientais (para realização dos objectivos e das políticas comunitárias de agricultura e ambiente).

2.3. A data previsível de apresentação em Bruxelas dos Programas Operacionais é Outubro. O PDRu deverá ser apresentado em Novembro. Em relação a este último, admite-se que no âmbito do Regulamento do Desenvolvimento Rural, se encontrem algumas perspectivas que ajudem a viabilidade do associativismo florestal, indispensável à manutenção da floresta nas zonas rurais do minifúndio do Norte e Centro de Portugal.

3. O contributo da *Forestis* apresentado ao Senhor Secretário de Estado relacionou-se sobretudo com a matéria tratada pelos Planos Operacionais, quer nacionais quer regionais e resultou da larga experiência adqui-

rida nestes últimos anos de intensos serviços à floresta do Norte e Centro de Portugal. E tendo em conta, como não podia deixar de ser, os consensos gerados em torno da Lei de Bases da Política Florestal e do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Floresta Portuguesa.

O documento apresentado, que está disponível na *Forestis* para análise detalhada dos interessados, contém em síntese as seguintes propostas:

3.1. Ao nível do investimento e dos programas específicos, com base na avaliação dos pontos fortes e fracos dos programas até agora vigentes, formularam-se propostas concretas para a resolução dos problemas e para melhorar a eficiência dos seus impactes. Concretamente, pretende-se incentivar fortemente o agrupamento de produtores florestais, dinamizando o surgimento de projectos piloto de gestão conjunta. Propõe-se também a alteração do actual modelo de gestão técnica e financeira do investimento, flexibilizando o dispêndio do investimento em novas rubricas. Propõe-se igualmente a elegibilidade das despesas de constituição dos projectos. Propõe-se ainda que seja efectuada uma discriminação positiva nas taxas de subsídio para os projectos que entram via associativa (uma majoração na percentagem da elaboração e do acompanhamento) e uma majoração no próprio subsídio ao investimento para o proprietário.

3.2. Em relação ao associativismo florestal, verifica-se que os apoios poderão ser assegurados, ou através da **a)** «instalação de organizações de produtores florestais» e/ou pela **b)** «Desenvolvimento de serviços de natureza floresta», as duas vertentes da medida R3 «Desenvolvimento Sustentável das Florestas». Tendo em conta a avaliação dos apoios assegurados no II QCA, nomeadamente os canalizados através do PAMAF e do PRONORTE, preconiza-se o seguinte:

a) que seja substituída a degressividade prevista no próximo PAMAF, por uma estabilização dos apoios, como no ex-PRONORTE, ao nível mínimo de

75% durante 7 anos (período mínimo para a estabilização de uma associação).

Outra alteração proposta é a da concentração das acções elegíveis do PAMAF (nomeadamente medidas 4 e 2) numa só medida de financiamento, à semelhança do PRONORTE, para reduzir a burocracia dos procedimentos e acelerar a sua gestão.

b) O cálculo efectuado dos custos de funcionamento de uma associação florestal para assegurar o cumprimento dos serviços de carácter público que são necessários fornecer, excluindo a elaboração de projectos de investimento florestal, aponta para um nível de 7700 contos por ano, o que representa cerca de 75% do custo total de funcionamento de uma associação.

Na impossibilidade eventual de acumulação de apoios através da **a)** e de **b)**, propõe-se que o nível de co-financiamento neste caso suba para 100%.

3.3. Em relação à formação profissional, com base na avaliação pormenorizada do passado, propõe-se, para além de uma revisão profunda de processos para reduzir substancialmente a burocracia, uma flexibilização das regras existentes para que se adaptem às necessidades reais de formação florestal nos espaços concretos em que é ministrada (exemplo: aprovação de candidaturas que apresentam horário pós-laboral). Considera-se também, para assegurar qualidade à formação, que se aumentem, em casos fundamentados, os níveis padrões de custos, para que possam ser contempladas exigências específicas de alguns cursos, nomeadamente nos casos em que há deslocações maiores, consideradas indispensáveis para os objectivos dos cursos, em casos de necessidade de alugar de material informático, ou nos cursos práticos em que são necessários, no mínimo, três formadores para a mesma hora de formação.

3.4. O Senhor Secretário de Estado prome-

teu que a resposta às propostas apresentadas pela *Forestis* seria analisada e debatida durante o mês de Setembro, data compatível com a entrega dos respectivos Programas Operacionais. Também prometeu citar a *Forestis* para um novo encontro, durante o mesmo mês, para trabalhar as propostas concretas em comum. Até à data da publicação deste *Boletim* a *Forestis* ainda espera por tal encontro. Quanto ao PDRu o tratamento far-se-á posteriormente.

4. Para além das questões relacionadas com a programação do III QCA, a *Forestis* levou ainda as suas preocupações relativas aos seguintes assuntos:

4.1. Regulamentação do Fundo Financeiro

Florestal, previsto na Lei de Bases e considerado indispensável para ressarcir a floresta da falta de equidade que tem havido no seu tratamento, sobretudo tendo em conta os benefícios que presta à economia e à sociedade e que não são pagos pelo mercado.

Fomos informados que este aspecto, embora sendo reconhecida a sua importância, só será tratado depois de concluído o processo do III QCA.

4.2. Criação da nova forma institucional para a gestão dos baldios, eventualmente na forma de cooperativa.

Expressámos ao Senhor Secretário de Estado não só a necessidade da situação adoptada ter uma estreita ligação às associações florestais existentes, mas também de haver uma ampla participação na selecção do modelo a adoptar. A *Forestis* disponibilizou-se desde já para estudar o modelo proposto.

4.3. Transferência de funções do Estado para as organizações florestais.

Lembrámos a necessidade da Organização *Forestis* ser incluída nesta programação para melhorar a eficácia das acções e medidas florestais. Fomos informados que será brevemente apresentada uma Lei Quadro sobre esta matéria prevendo-se a apresentação de candidaturas para as funções a transferir.

4.4. Protocolos com a DGF para co-financiamento de funções de interesse público,

assegurados pelas associações florestais/*Forestis*.

Lembrámos a necessidade de serem substancialmente revistos os níveis de comparticipação pública, actualmente da ordem dos 10 % e de se processarem os pagamentos em falta (3 semestres).

4.5. Presidência aberta à Floresta

A *Forestis* manifestou o seu vivo apoio a esta iniciativa e disponibilizou-se para participar activamente na sua organização no Norte e Centro de Portugal.

Maria Fernanda Ribeiro dos Santos
(Tesoureira da *Forestis*)

Reunião do Conselho de Direcção da *Forestis*

Contando com a participação da grande maioria dos representantes das Associações Florestais Sub-Regionais, o Conselho de Direcção reuniu, na *Forestis*, em 17 de Julho.

O primeiro tema, sobre «gestão florestal associada e condições para a sua rentabilidade», debatido com base na documentação de casos concretos de investimento florestal apresentada pelo Presidente da *Forestis*, gerou um debate intenso do qual se concluiu que para uma gestão florestal associada do pinheiro bravo em alto fuste regular é preciso que se verifiquem as seguintes condições:

- Áreas contíguas elevadas;
- Se possível, financiamento do proprietário por perda de rendimento nos primeiros 15 anos;
- Capacidade de gestão florestal.

Para isso é necessário:

- Informação aos proprietários sobre gestão florestal para que possam tomar decisões correctas;
- Mecanismos de financiamento florestal envolvendo o Estado, a Banca e a Indústria;
- Empresas de gestão florestal, envolvendo os proprietários a quem se destinam os lucros, e o movimento *Forestis*. Essas empresas podem ter a forma de sociedades de proprietários, associações e cooperativas de proprietários (sendo esta última modalidade a única isenta dos 34% de imposto sobre os lucros).

A seguir foram debatidas as linhas orientadoras para a adesão de novos associados e a necessidade de implementação de uma base de recolha e gestão de informação do movimento *Forestis*.

Participação da *Forestis* na Reunião do Conselho Regional Agrário de Entre-Douro e Minho

A *Forestis* participou activamente na Reunião do Conselho Regional Agrário de Entre-Douro e Minho que decorreu em Vairão, no dia 9 de Setembro, tendo sido a única entidade a entregar, sob a forma de documento escrito, as suas propostas para o novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA). Durante a reunião e na presença da maioria dos representantes das entidades que compõem o Conselho Regional Agrário, a *Forestis* transmitiu as suas preocupações (ver artigo anterior) realçando a necessidade de desburocratizar processos, estabilizar as ajudas em níveis mais elevados dos que estão previstos, e sobretudo criar rapidamente o Fundo Financeiro Florestal Nacional, previsto na Lei de Bases da Política Florestal, sem o qual nenhuma política coerente e de longo prazo pode ser implementada para o desenvolvimento florestal do País.

A *Forestis* sublinhou também que no documento entregue, propunha uma lista de serviços de natureza florestal, com os custos respectivos, que poderiam ser subsidiados pela medida correspondente, chamando à atenção para o facto de ao nível nacional não estarem previstas como beneficiárias dessa medida as organizações de produtores florestais, o que deve acontecer certamente por lapso.

Seminário na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

«Associativismo Florestal, Mais Floresta Maior Eficiência»

Por iniciativa do Departamento Florestal da UTAD, realizou-se no dia 8 de Julho o seminário «Associativismo Florestal, Mais Floresta Maior Eficiência» que abordou de uma maneira exaustiva o papel do associativismo

na gestão florestal, focando também os aspectos orgânicos destas organizações, os seus problemas e relacionamento com o proprietário.

A *Forestis* participou com empenho neste evento através da exposição de posters e de comunicações que pretenderam mostrar o que é este movimento e quais os objectivos a atingir no futuro.

De realçar a participação de dirigentes associados da vizinha Espanha que contribuíram, em muito para estabelecer comparações entre métodos e políticas aplicados nos dois Países.

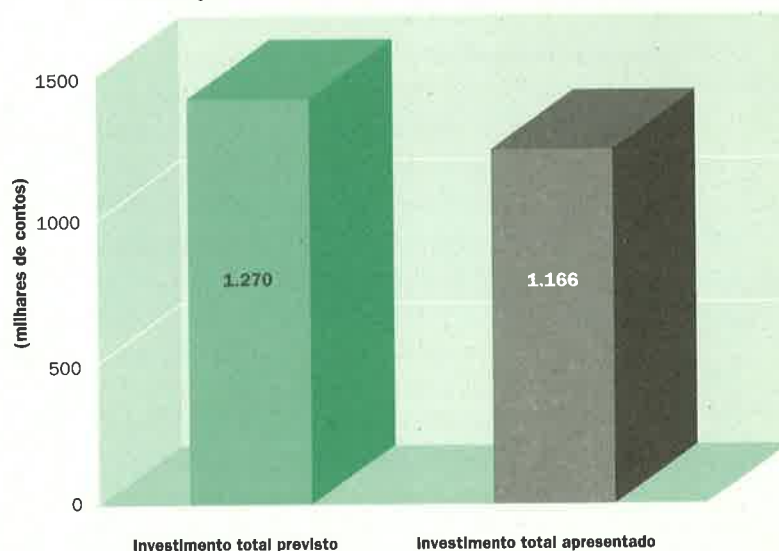
Balanço do Protocolo *Forestis*/IFADAP

Em Junho de 1998, foi assinado um protocolo entre a *Forestis* e o IFADAP (Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas), no qual esta instituição se comprometeu a financiar projectos de investimento ao abrigo do PAMAF – Medida 3 – Florestas, até Julho de 1999.

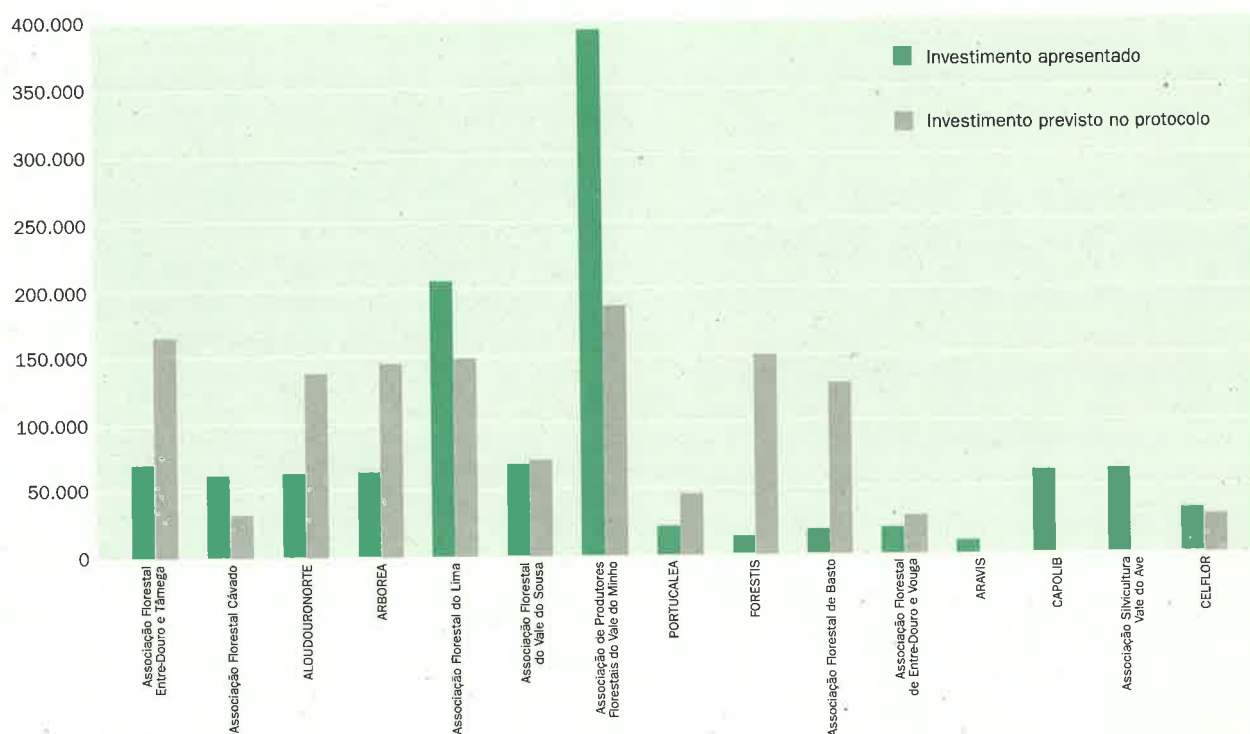
Findo este prazo, compete-nos fazer um balanço do que foi e quais os resultados deste processo.

Apesar de todos os constrangimentos que por diversas vezes aqui fizemos eco e que estão relacionados com a complexidade de todo o sistema que rodeia as candidaturas ao financiamento, apesar de trabalharmos numa região, onde, devido à estrutura fundiária e à organização social, é extremamente difícil passar a mensagem de que a Floresta pode e deve ser uma aposta dos seus proprietários, temos orgulho em

Execução financeira do Protocolo *Forestis*/IFADAP



Investimento florestal apresentado pelas organizações ao abrigo do Protocolo *Forestis*/IFADAP*



* À data da publicação deste *Boletim* verificamos atrasos, muito significativos nas respostas às candidaturas, ultrapassando em muito os 60 dias previstos no protocolo. Esperamos, no entanto, que os compromissos venham a ser cumpridos pelo IFADAP.

apresentar os resultados amplamente satisfatórios, obtidos pelas Organizações Sub-Regionais. Numa altura em que tinha sido publicada uma nova portaria que era necessário dar a conhecer, e que encerrava novas exigências (como a obrigatoriedade da cartografia digital) e quando se colocavam questões ligadas com a execução financeira do quadro comunitário que agora termina e cujos resultados poderiam condicionar os

novos apoios para a floresta, a *Forestis* mais uma vez aceitou o desafio.

E não fossem algumas barreiras que persistiram mas que temos esperança de ver derrubadas no próximo QCA (Quadro Comunitário de Apoio) hoje poderíamos ter ainda melhores resultados para apresentar, ou seja, ultrapassar a taxa de realização que se situou em 92% como se pode verificar no gráfico acima.

Formação Profissional

Acções realizadas

Além dos cursos de formação realizados e já mencionados no último boletim, decorreram no período de Julho a Agosto, mais dois cursos sobre «Associativismo, Gestão e Defesa Florestal», dirigidos a proprietários florestais, associados da Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho.

Melhor do que avaliarmos os resultados da formação é o relato de quem participou:

«No dia da apresentação, 06/07/99, fiquei admirado com os diferentes formandos, além de homens havia também senhoras e alguns

jovens, e então comecei a pensar, uma vez que o curso não era remunerado na totalidade, como havia tanta participação.

Decorridas que foram algumas sessões ministradas por diversos formadores, tivemos uma visita de estudo ao Marão, nós, os do curso de Moledo e os do curso de Valença, e então reparei que os participantes de Valença também eram pessoas com preocupação em saber.

Seguiram-se mais sessões, mais visitas de estudo: ao Vale do Sousa, aos montes de Vile, Riba de Âncora e à Associação Florestal da

Galiza e seus montes, verificando-se aqui quanto os montes nos podem fornecer e não só em receitas de material lenhoso.

Uma palavra a dizer a formandos e formadores, todos com espírito de aprender e ensinar, mas é meu dever, salientar a acção de um formador Eng^o. José Moreira da Silva, que apareceu neste curso com vontade de transmitir os seus conhecimentos e que cria do princípio ao fim das sessões uma excelente motivação.

Era bom que estes cursos tivessem continuação, mas não sendo possível, ao menos fazem-se sessões de esclarecimento em cada Fre-

guesia do Vale do Minho, sobre os temas de maior interesse, como seja o Associativismo, Protecção à Floresta e Acesso aos Fundos Comunitários.

A Junta de Freguesia de Gondar, concelho de Caminha, está sempre ao dispor das associações, oferecendo instalações, água e electricidade para o efeito.

Um muito obrigado à **Forestis** pelos ensinamentos que me deu..."

Armando Pires
(Presidente da Junta de Freguesia de Gondar)

Acções de formação a realizar

Dirigidas aos técnicos florestais

Curso / Tema	Data	Local
«Protecção da Floresta Contra Agentes Bióticos»*	25 a 29 de Outubro	IBMC – Porto
«Silvicultura do Pinheiro bravo»	Dezembro	

* Os interessados em frequentar este curso devem enviar à **Forestis** as inscrições, até 8 de Outubro.

Dirigidas aos proprietários florestais da Região de Entre Douro e Minho

Curso / Tema	Data	Local
«Gestão e Protecção da Floresta no Vale do Sousa»	20 de Out. a 5 de Nov.	Coop. de Castelo de Paiva
«Associativismo, Gestão e Defesa Florestal em Paredes de Coura»	19 de Out. a 25 de Nov.	Casa da Cultura de Paredes de Coura
«Associativismo, Gestão e Defesa Florestal nos Arcos de Valdevez»	19 de Out. a 25 de Nov.	Cooperativa Agrícola dos Arcos de Valdevez

Dirigidas aos proprietários florestais da Região de Trás-os-Montes

Curso / Tema	Data	Local
«O Souto, o Castanho e a Castanha»	20 a 30 de Setembro	Casa do Povo de Vinhais
«Associativismo, Gestão e Defesa Florestal»	3 de Nov. a 7 de Dez.	Murça
«Associativismo, Gestão e Defesa Florestal»	4 de Nov. a 7 de Dez.	Cooperativa de Boticas

As acções de formação têm como objectivo formar os proprietários associados nas Organizações filiais na **Forestis** e cujo contacto se encontra na contracapa desta revista.

Se é proprietário florestal, se pretende defender e gerir melhor a sua floresta inscreva-se num destes cursos.

Sapadores Florestais – entidades reúnem-se na *Forestis*

No dia 6 de Setembro, a *Forestis* promoveu uma reunião para fazer o ponto da situação do trabalho desenvolvido pelas equipas de sapadores florestais e delinear propostas para um melhor desempenho da sua actividade.



Nesta reunião estiveram presentes a *Direcção Geral das Florestas*, entidade gestora e coordenadora das brigadas de sapadores florestais que se fez representar pela sub-directora, pela coordenadora da implementação do diploma legal e técnico responsável pela formação dos sapadores, a *Direcção Regional de Entre Douro e Minho*, entidade responsável pelo acompanhamento das brigadas, representada pelo director de serviços das florestas, e pelo técnico da divisão de protecção e conservação florestal, *Parque Natural de Montesinho*, com experiência na coordenação de Brigadas de Sapadores Florestais desde 1994; Associações com brigadas em funcionamento, *Associação Florestal do Vale do Sousa*, representada pelo seu Presidente, *Associação Florestal de Entre Douro e Vouga*, *Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho*, representadas pelos seus técnicos, os Presidentes dos Conselhos Directivos dos *Baldios de Riba de Âncora e Gondomil* e o chefe da Brigada de Riba de Âncora.

Também participaram na reunião, Associações que efectuaram a pré-candidatura para constituir brigadas, mas que não concluíram o processo como é o caso da *Associação Florestal do Vale do Douro Norte*, *Associação Florestal do Cávado* que estiveram presentes na pessoa dos seus presidentes, *Portucalea* e *Associação Florestal do Lima*, que se fizeram representar pelas respectivas técnicas e a *Arborea* e *Capoloib* que pretendem iniciar em breve a constituição de brigadas.

As entidades presentes que têm já ao serviço brigadas de sapadores, deram conta do trabalho

desenvolvido, mencionando as várias intervenções no terreno, ao nível da detecção, das operações de primeira intervenção e de rescaldo.

Partindo dessa experiência, propuseram à *Direcção Geral das Florestas* algumas alterações ao Decreto-Lei, no sentido de tornar mais operacional o trabalho dos sapadores florestais, a saber:

- Flexibilização relativamente à área de actuação das brigadas, que deve ser mais alargada em relação aquela que tinha sido preconizada;
- Aumentar o leque de despesas elegíveis, nomeadamente, deslocações e honorários do técnico da Associação que acompanha o trabalho;
- Aquisição de material necessário ao funcionamento: rádios; viaturas (nomeadamente, para os Baldios de Riba de Âncora, Gondomil e Anhões);
- Os sapadores devem estar em comunicação com os vigias ou com os CPD's (Centro de Prevenção e Detecção);
- A formação deverá ser avaliada por formadores credenciados;
- A recolha da informação dos relatórios de execução deve ser o mais uniforme possível;
- A coordenação tem que estar prevista, desde o início.

Carta de Aptidão Florestal

Como é do conhecimento da generalidade dos associados da *Forestis* um dos objectivos a que a *Forestis* se propôs desde a sua criação foi a elaboração de cartas de aptidão para o espaço florestal.

Este projecto de muita importância para a *Forestis* está, neste momento, em processo de conclusão, aguardando somente as melhores condições para a sua publicação, para a qual já existem duas hipóteses: uma que passa pela sua impressão em papel, para a qual contamos para já com a contribuição da *Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes*, e outra através de um projecto que prevê a sua edição em Cd-rom.

Pretende-se que a carta de potencial florestal de uso do solo para o espaço florestal agora apresentada sirva como auxiliar para a definição de uma política de ordenamento do território e como ferramenta de ajuda na escolha das espécies florestais a utilizar na arborização.

Na elaboração de projectos de florestação e reflorestação, os técnicos não dispõem duma

fonte de informação que auxilie uma escolha das espécies tendo em conta o enquadramento regional das estações a beneficiar. Normalmente recorriam à carta ecológica elaborada por Pina Manique e Albuquerque em 1954. Este trabalho de grande valia, e que sempre se assumiu como grande ajuda, é no entanto desadequado para a escolha das espécies a utilizar na arborização.

O recente surgimento das cartas de aptidão de uso do solo não veio colmatar essa falha pois, apesar de serem apresentadas a uma escala mais detalhada (1:100.000), não especificam a aptidão em termos de espécies, mas apenas em classes de uso agrícola ou florestal, tendo em conta a capacidade produtiva das espécies mais correntemente utilizadas (Pinheiro bravo, Eucalipto, Carvalhos,...).

Em 1994, o projecto «*Forestis* – Apoio ao Associativismo Gestão e Defesa Florestal na Região Norte, co-financiado pelo Pronorte, dá o primeiro impulso para a elaboração de uma “Carta de Aptidão Florestal” para a região Norte de Portugal. O projecto prevê a instalação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), para produzir “cartografia de ordenamento florestal”».

A existência de tecnologia que permite cruzar informação de diversas fontes e o eficiente processamento desses mesmos dados para um resultado final funcional e dinâmico permitiu, finalmente, que a *Forestis* se lançasse nessa tarefa, com o objectivo de elaborar um mapa de distribuição potencial por espécies e grupos de espécies que agora se apresenta.

A publicação da Lei de Bases da Política Florestal, que prevê a realização de Planos Regionais de Ordenamento Florestal segundo uma metodologia de cruzamento de informação semelhante à que tem vindo a ser desenvolvida pela *Forestis*, vem acentuar a utilidade deste sistema, como informação complementar destes planos.

Participação da *Forestis* na Comissão para a Qualidade do Trabalho Agrícola e Florestal

Por despacho do Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural foi criada uma comissão coordenada pelo Engenheiro Arnaldo Madeira, que está a funcionar em regime de parceria com o objectivo de elaborar um Código de Boas Prá-

ticas e atribuir menções aos agentes económicos que operam nos sectores florestal e agrícola.

Saliente-se que tem sido preocupação integrar e/ou convergir para outras iniciativas que estão a decorrer neste âmbito, como seja o caso da Comissão de Trabalho 145.

A *Forestis* tem participado como parceira embora se adivinhem algumas dificuldades numa participação activa quer pela nossa vocação quer pela escassez de recursos. No entanto, pretendemos contribuir para a elaboração do Código de Boas Práticas Florestais e acompanhar atentamente o trabalho a ser desenvolvido no âmbito da atribuição de menções a empresas.

A *Forestis* participa na reunião sobre o Centro de Operações Florestais (COTF)

No passado dia 3 de Agosto, a *Forestis* participou numa reunião promovida pela Direcção Geral das Florestas em que se discutiu a situação actual e futura do COTF.

A generalidade dos participantes foi da opinião que o COTF pode e deve ser mais útil ao sector, em especial aos agentes económicos, que não têm organizações a que possam recorrer para obter formação profissional na área das operações florestais. No entanto, é preciso também realçar que, segundo o responsável do COTF, as solicitações não têm sido muitas, devido à falta de sensibilização dos prestadores de serviços e à ausência de regulamentação que enquadre as operações florestais.

Alguns dos intervenientes avançaram com propostas de reorientação das actividades do COTF e até de mudanças ao nível da gestão. Por exemplo, que a gestão passasse a ser parcialmente privada.

A *Forestis* chamou a atenção que sem se ter acesso aos dados precisos sobre as actividades desenvolvidas, recursos humanos e logísticos disponíveis e orçamento envolvido na gestão do COTF, dificilmente se pode avaliar a sua actuação e possível reorientação. É necessário fazer um diagnóstico correcto antes de se avançarem com cenários alternativos, até para melhor se perspectivar a sua possível execução.

Embora a *Forestis*, reconheça que é uma beneficiária indirecta da acção do COTF, vai certamente acompanhar de perto este assunto, pois a

propriedade privada necessita de maior qualidade nos serviços prestados pelos agentes ligados às operações florestais nomeadamente na exploração.

Forestis executa Projecto 2158 da Portucalea

Iniciou-se, no dia 23 de Agosto, a elaboração do Projecto 2158 apresentado pela Portucalea e que se intitula «Estudo de diagnóstico da situação actual da região da Portucalea». A elaboração deste projecto foi atribuída à *Forestis* e pretende-se que esteja concluído em Janeiro de 2000.

Os objectivos deste trabalho são: levantamento das superfícies florestais existentes, elaboração de cartografia de risco de incêndio, caracterização das infra-estruturas florestais existentes, nomeadamente as utilizadas no combate aos fogos florestais, estudo das bacias de visão dos postos de vigia existentes, bem como proposta de novos postos que possam suprir lacunas existentes na cobertura da área em estudo, análise do estudo realizado de forma a que a gestão da propriedade privada seja efectuada no sentido da prevenção e defesa da floresta, permitindo ao proprietário florestal uma participação activa.

É importante salientar a atitude inovadora deste estudo, partindo de uma associação florestal em benefício de toda uma região.

Plano de Defesa de Fogos Florestais do concelho da Marinha Grande

No seguimento de contactos estabelecidos com o Sr. Artur Granja, Delegado da Protecção Civil e CEFF da Marinha Grande, efectuámos uma visita à Marinha Grande para tomar conhecimento do Projecto de Defesa de Fogos Florestais do concelho.

A realidade florestal do concelho Marinha Grande é muito diferente do resto do País pois mais de 70% da sua área florestal encontra-se na posse do estado, nomeadamente através da Mata Nacional de Leiria. Como esta mata é de grande interesse histórico e económico, foi feito em 1993 um estudo pela empresa Geoterra,

encomendado pela Câmara Municipal, em que se fez uma análise dos fogos florestais ocorridos no concelho, do risco de incêndio e medidas de prevenção e combate. Este trabalho encontra-se neste momento a ser actualizado.

No entanto, devido a todas as especificidades do concelho (grande área pública, orografia, loteamento da mata, domínio do pinheiro bravo em quase 99%, pedologia, etc.) não é possível estabelecer grandes comparações com outras realidades. É de realçar que muitos proprietários com propriedades confinantes com a mata nacional seguem as opções utilizadas pelo estado na condução e ordenamento da sua floresta, **o que demonstra a importância que o estado pode ter na aplicação de técnicas silvícolas mais correctas.**

Embora estejam sujeitos a todas essas especificidades, os serviços de combate a incêndios florestais apresentam grande eficácia, já que a área ardida anualmente quase passa despercebida no contexto dos fogos florestais em Portugal.

Reuniões técnicas – visita de estudo

No âmbito das reuniões mensais de técnicos do movimento, a *Forestis* organizou mais uma acção com vista a aproximar os técnicos da realidade industrial da fileira e do aproveitamento da matéria-prima. Para isso, contámos com a colaboração do técnico Ricardo Cunha do CTIMM, que nos acompanhou à serração António Alves de Oliveira, comentando todos os aspectos ligados à actividade da serração.



VIDA DAS ASSOCIAÇÕES

CAPOLIB – Cooperativa Agrícola de Boticas

(Secção Florestal do Alto Tâmega e Barroso)

Forestis

A CAPOLIB, tem ao seu dispor, desde o início do ano, uma Secção Florestal.

A situação em que se encontra a Floresta do Alto Tâmega e o seu potencial produtivo, foram os motivos que levaram os seus dirigentes a abraçar este desafio. Pretende-se com a criação da secção proporcionar aos proprietários da região um apoio técnico e sócio-económico próximo e eficaz.

O processo iniciou-se com a candidatura à Medida 4 do PAMAF, reforçando a capacidade técnica e de gestão, contratando um técnico e um administrativo que trabalham, na bem equipada, sede da CAPOLIB.

A secção, além de **informar** e **aconselhar** sobre matérias de âmbito florestal, elabora também projectos às já conhecidas medidas florestais, contemplando a cartografia com recurso à GPS e a sua apresentação em formato digital.

Podemos adiantar que desde Março, elaboraram-se 8 PDF's no valor proposto de 62.327.439\$00 e 2 projectos no Reg. 2080/92 prefazendo o montante de 918.875\$00.

No que diz respeito à protecção da Floresta contra incêndios, também temos estado activos. Atempadamente, candidatamo-nos a 2 brigadas de Sapadores Florestais, ao abrigo do Decreto-Lei nº 179/99 de 21 de Maio e elaboramos a candidatura para uma Brigada de Sapadores Florestais da CEFF Municipal de Boticas.

Os nossos objectivos passam também pela **formação** dos nossos associados, por isso, vai realizar-se a partir de 4 de Novembro, na Cooperativa Agrícola de Boticas – CAPOLIB, um curso denominado «*Associativismo, Gestão e Defesa Florestal – Boticas*» com a duração de 90 horas.

Associados à **Forestis** – Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal, temos a certeza que podemos servir melhor os interesses dos nossos associados, tendo sempre como principal objectivo a Gestão e Defesa da Floresta.

Ricardo Saldanha
(Técnico Florestal da CAPOLIB)

Associação Florestal do Vale do Sousa AGRIVAL/99

Pelo terceiro ano consecutivo, a Associação Florestal do Vale do Sousa esteve presente na Agrival/99 (20ª Feira Agrícola do Vale do Sousa), que decorreu em Penafiel, de 21 a 29 de Agosto do corrente ano.

O Stand da Associação Florestal do Vale do Sousa, gentilmente cedido pela organização da Feira, serviu essencialmente para divulgação das actividades desenvolvidas pela Associação através da exposição de cartazes alusivos a diversos

temas, como: Projectos Florestais; o programa Floresta na Escola; a brigada de Sapadores Florestais da Associação Florestal do Vale do Sousa; a Técnica de Fogos Controlados. Também foram distribuídos folhetos de divulgação de outras Instituições, nomeadamente da **Forestis**, Centro Pinus, etc. Tudo isto com a presença de um representante da Associação Florestal do Vale do Sousa para prestar qualquer tipo de esclarecimento adicional solicitado.

Sapadores Florestais

Desde o início de Agosto, a Associação Florestal do Vale do Sousa dispõe de uma Brigada de Sapadores Florestais constituída por 5 homens e uma viatura equipada com «KITT» de 1ª intervenção de fogos florestais e outro material necessário às actividades de limpeza de matos e povoamentos.

Esta Brigada foi constituída através de um Protocolo estabelecido entre a CNEFF e a Associação Florestal do Vale do Sousa atendendo ao disposto no artigo 8.º do Decreto Lei nº 179/99 de 21 de Junho, o qual prevê uma comparticipação de 75%, por parte do Estado, dos encargos anuais com salários, segurança social e seguros dos trabalhadores.

No que diz respeito ao equipamento necessário à actividade dos Sapadores Florestais estava previsto um contrato de comodato entre a CNEFF e a Associação Florestal do Vale do Sousa, onde a primeira cedia uma viatura, uma unidade compacta hidráulica para supressão de fogo, equipamentos mecânicos, manuais e motomanuais, suportes de fixação, estojo de 1º socorros, equipamento de controlo, 1 rádio emissor-receptor móvel, extintor de pó químico e equipamento de

protecção individual. Contudo, a CNEFF não disponibilizou a viatura prevista para a brigada, pelo que fomos obrigados a ceder a viatura conseguida através de um protocolo estabelecido entre a DGF e a Associação Florestal do Vale do Sousa, abdicando desta forma da cláusula 5ª do referido protocolo onde prevê a utilização da viatura para outros fins fora da época de maior número de incêndios.

Esta brigada irá desenvolver acções de limpeza de matos e de povoamentos nas propriedades dos nossos associados, assim como vigilância e primeira intervenção de fogos florestais, desde que o equipamento previsto seja cedido na sua totalidade, uma vez que a equipa iniciou funções antes de ter disponível material de comunicação que permitiria uma acção coordenada com o Centro Coordenador de Operações.

Acreditamos no sucesso destas brigadas uma vez que, finalmente, vamos ter na floresta e nos fogos florestais pessoas que trabalham com conhecimentos sólidos adquiridos quer na formação de base, da responsabilidade da DGF, quer na formação contínua que terão ao longo do ano com orientação dos técnicos das associações.

Sistema Vigília

No passado dia 30 de Julho, a Associação Florestal do Vale do Sousa organizou uma sessão de demonstração de um sistema integrado de monitorização ambiental e protecção contra incêndios florestais desenvolvido pela empresa Lusotel, Optoeletrónica e Telecomunicações, Lda., sediada em Paredes. Este sistema, desenvolvido por uma equipa chefiada pelo Prof. Luís Ribeiro, docente da Universidade do Minho, é apresentado ao público como sendo uma rede de postos de detecção automática de incêndios florestais totalmente autónomos, estrategicamente distribuídos no terreno. O sistema é coordenado por uma Estação Central de Comando Operacional dotada de um Sistema de Informação Geográfico. A detecção de chamuscas é feita por sensores direccionais inteligentes e comunica à Central por meio de uma

rede de telemóveis. Fotografias digitais do cenário envolvente a cada posto são tiradas periodicamente, e ampliadas com uma lente Zoom. Cada posto possui ainda uma pequena estação meteorológica, efectuando medidas das variáveis atmosféricas importantes para análise do risco de incêndio ou para um mais eficaz combate. Para além disto, o posto tem total autonomia energética, dispondo de um painel solar ou gerador eólico. O posto está preparado para funcionar toda a época sem necessidade de manutenção.

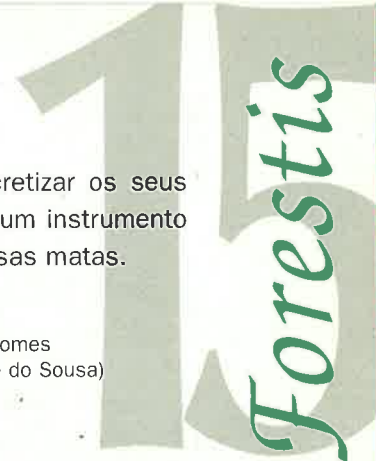
A detecção de qualquer ocorrência pode ser confirmada com imagens das câmaras, e lançado o alerta às equipas de combate ao fogo e às populações. Entretanto, são enviadas informações para os bombeiros, tais como: estado do vento, temperatura, localização exacta do fogo e

mapas da região, com estradas, caminhos e pontos de água. A vigilância prossegue para prevenir riscos associados a alterações bruscas do vento ou novas frentes de incêndio.

Após o primeiro teste do sistema conclui-se que o projecto está a seguir uma linha de orientação

ambiciosa, e se conseguir concretizar os seus objectivos podemos contar com um instrumento importante na vigilância das nossas matas.

Amália Neto e Alexandre Gomes
(Técnicos da Associação do Vale do Sousa)



Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho

Projectos florestais

Ao abrigo do protocolo estabelecido entre a *Forestis* e o IFADAP, a Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho apresentou até 31 de Julho do corrente ano projectos de investimento no valor global de 393 990 contos. A aprovação deste investimento vai permitir a beneficiação e arborização de 1500 ha de área florestal, a beneficiação e abertura de 60 Km de rede viária e divisional, a construção de 5 pontos de água e ainda, acções de uso múltiplo tais como o melhoramento de pastagens e construção de zonas de lazer no espaço florestal.

Com a apresentação destes projectos ultrapassámos as metas que nos tínhamos proposto e comprometido atingir.

É para nós fundamental, nesta próxima fase, que o IFADAP cumpra os compromissos assumidos perante a *Forestis*. Nomeadamente, a aprovação dos projectos em 60 dias, prazo por nós transmitido aos associados, e que consideramos imprescindível para a execução dos projectos dentro deste quadro comunitário.

II Jornada sobre Baldios no Vale do Minho

Dois anos após a realização da 1ª Jornada sobre Baldios, organizada por esta Associação, em Paredes de Coura, constatamos que pouco ou nada mudou em relação aos problemas com que se debatem os Baldios.

Em relação aos Baldios sob gestão pública discutia-se, então, a criação da ENGEF e a ausência de PDF nestas áreas. Passados dois anos, estuda-se a constituição da Regie Cooperativa e **continua a não existir qualquer PDF executado nos cerca de 25 000 ha de gestão pública do Vale do Minho.**

Ao invés, os Baldios sob gestão privada continuam a realizar investimentos, fundamentalmente arborizações, ao abrigo do PDF, cuja gestão e defesa no futuro se apresenta como um desafio.

Em 10 de Dezembro próximo, e no intuito de um vez mais trazer à discussão este tema que tanta importância tem para a região, será realizada a II Jornada sobre Baldios, no Vale do Minho, para a qual contamos com a participação de todos os interessados. Posteriormente serão divulgadas mais informações sobre a mesma.

A Associação Florestal de Basto

– Promoveu «Sessão de esclarecimento» em Ribeira de Pena



No passado dia 26 de Julho do corrente ano, a Associação Florestal de Basto promoveu uma sessão de esclarecimento intitulada «Apoio aos Proprietários Florestais». Esta sessão teve lugar na Casa do Povo de Salvador Ribeira de Pena e contou com a presença de Técnicos do IFADAP, da Direcção Regional de Agricultura, da *Forestis* (Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal) e da Associação Florestal de Basto.

Entre os vários esclarecimentos solicitados pelos proprietários, aqueles que mais se destacaram prenderam-se com os Projectos Florestais. Para além disso, as muitas dezenas de pessoas que ali acorreram mostraram-se muito entusiasmadas e bastante receptivas ao leque de prestações de serviços que a Associação Florestal de Basto apresentou e pretende desenvolver.

Na vasta plateia que ali se apresentou puderam identificar-se pessoas dos mais diversos locais do Concelho. Podendo retirar-se daqui algumas ilações, nomeadamente:

- As carências sentidas por quem vive exclusivamente da agricultura, vendo neste tipo de apoios comunitários uma melhoria do nível de vida;

- e/ou o reduzido número destas iniciativas verificado ao longo do ano nos diversos locais, o que faz com que as pessoas se desloquem para verem esclarecidas as suas dúvidas.

A Associação Florestal de Basto pretende, a curto prazo, realizar este tipo de evento que, aliás, já não é o primeiro, em todos os Concelhos da Região e em todas as Freguesias, para que dessa forma todas as pessoas tenham acesso à informação e também para que se possam reunir e discutir, entre si, as melhores estratégias para o desenvolvimento da agricultura e da floresta, que são no final de contas o que eles têm, e consideram de importância vital para a sua sobrevivência.

No final de tudo isto, esperamos poder contribuir, com os nossos esforços e com tudo aquilo que estiver ao nosso alcance para que as pessoas possam viver com o mínimo de dignidade e que, pelo menos, não digam: «não sabemos, porque ninguém nos quer esclarecer».

Artur Mota
(Técnico da Associação Florestal de Basto)

– Apresenta publicamente «Equipas de Sapadores Florestais»

(Apresentação dos 20 Sapadores Florestais e diversos Intervenientes no Projecto)

No passado dia 9 de Agosto, a Associação Florestal de Basto apresentou, publicamente, as quatro Equipas de Sapadores Florestais, criadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 179/99 de 21 de Maio.

Essa apresentação pública, realizou-se em Ribeira de Pena e contou com a presença de todos os intervenientes no Projecto «Equipas de Sapadores Florestais» e também com a presença de sua Ex.^a o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena.

Depois de apresentado o referido Projecto, pelo Dr. António Bastos – Presidente da Associação Florestal de Basto, foi a vez do Dr. João Noronha – Presidente da Câmara Municipal de Ribeira de

Pena, enaltecer e louvar tal iniciativa, não só pelo factor de desenvolvimento que apresentará para o Município, como também pelo carácter preventivo e atenuador do principal flagelo que a toda a gente preocupa – «os Incêndios Florestais».

A Associação Florestal de Basto, juntamente com as Juntas de Freguesia e Conselhos Directivos intervenientes, procura, desta forma, não só contribuir para a extinção daquele principal flagelo, como também para uma boa gestão e ordenamento das nossas matas, para que desse modo, se possa rentabilizar ao máximo toda a produtividade que daí possa advir, bem como continuar a apostar naquilo que a Região tem de maior valor – A FLORESTA.

Artur Mota
(Técnico da Associação Florestal de Basto)



Práticas culturais de limitação da tinta do castanheiro



A cultura da castanha, como sistema agroflorestral, é de uma importância considerável para o nosso País. No entanto, os problemas existentes nos soutos com a doença da tinta têm-se mantido, pelo que nos pareceu pertinente divulgar as recomendações existentes numa publicação exemplar no nosso País, que faz uma síntese dos resultados obtidos em vários projectos de investigação relacionados com a cultura do castanheiro.

Doença da tinta

É provocada por um fungo (*Phytophthora cinnamomi* Rands) que ataca o sistema radicular do castanheiro. A susceptibilidade do castanheiro à doença da tinta é determinada não só por factores genéticos, mas em grande parte por factores climáticos e edáficos, e pelas práticas culturais.

Sintomas

- emurchecimento e clorose das folhas;
- morte de cima para baixo de alguns ramos;
- podridão da raiz;
- em situações de solo mais desfavoráveis para a planta, as raízes exsudam um líquido viscoso, violeta ou azul-escuro, que dá o nome à doença.

Em viveiro as plantas apresentam um aspecto amarelecido que rapidamente evolui para necrose com a morte da planta (folhas secas e enroladas, aderentes à árvore).

As práticas que afectam negativamente a saúde dos soutos são as que contribuem para a:

- perda de matéria orgânica do solo;
- diminuição do arejamento do solo;
- destruição de raízes e micorrizas.

Recomendações

A. Na selecção dos locais e dos solos para a implantação de novos soutos

1. Evitar as vertentes com exposição sul.
2. Evitar solos delgados.
3. Evitar os locais com mau arejamento do solo.
4. Evitar os solos com menos de 2% de matéria orgânica.

B. Limitação da doença da tinta através de práticas culturais

1. Aplicar correctivos orgânicos, como por exemplo o estrume. A aplicação regular de estrume deve ser entendida como uma prática preventiva da doença da tinta.
2. Sempre que possível, dar preferência às podas ligeiras, ainda que estas sejam feitas com maior frequência.
3. Deixar nos soutos parte do material podado, em particular as folhas e raminhos com diâmetro inferior a 1 cm. Efectuar as podas no período de repouso vegetativo.
4. Mobilizar o solo com alfaias menos agressivas para as raízes como a grade de discos (menos nociva para as raízes e mais eficiente no enterramento da folhada).
5. Reduzir ao mínimo o número de mobilizações de solo:
 - a) Abolir completamente as mobilizações, cortando apenas a vegetação arbustiva, e submetendo a vegetação herbácea a pastoreio.
 - b) Reduzir as mobilizações a duas: a primeira após a queda da folhada, com grade de discos, para enterramento da folhada e dos fertilizantes; a segunda no fim da Primavera, com um vibrocultor, para destruir as infestantes.
6. As encostas devem ser mobilizadas ao longo das curvas de nível e nunca ao longo da pendente, a fim de se reduzir a erosão e permite uma melhor infiltração da água.
7. Efectuar adubações equilibradas.
 - a) A adubação deve ser planeada em função da produtividade da castanha, da intensidade da poda e da quantidade de material removido, bem como da análise do solo.
 - b) Não aplicar adubos azotados simples se não forem acompanhados em simultâneo com outros nutrientes.
 - c) Aplicar sempre que possível o superfosfato de cálcio (18%).
 - d) Aplicar com regularidade adubos que contenham magnésio.
 - e) Se houver uma carência de boro comprovada a adubação com bórax (borato de sódio) deve ser efectuada, com as devidas precauções.
8. Efectuar uma calagem sempre que o PH (H₂O) do solo for inferior a 5. A quantidade de calcário a aplicar não precisa de exceder 1-2 ton. por hectare.
9. A recolha de cogumelos deve efectuar-se por corte (com uma faca) e não por arranque, deixando no souto os cogumelos em fase adiantada de maturação.

Bibliografia:

- PORTELA, E.; MARTINS, A. e PIRES, L., 1998. *Práticas Culturais de Limitação da Tinta do Castanheiro*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

ORGANIZAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS

ORGANIZAÇÕES	SEDE	EQUIPA TÉCN.
Associação Florestal do Vale do Sousa	Ed. Sonho, Fração C – cave tras., – Madalena • 4580 Paredes Tel. / Fax: 255 783 979 • Telem.: 96 256 86 59	Eng ^a . Amália Neto e Eng ^a Alexandre Gomes
CELFOR	R. Andrade Corvo, Ed. Câm. Mun. • 6360-331 Celorico da Beira Tel. / Fax: 271 741 307 • Telem.: 96 250 20 36	Eng ^a . Marisa Martins
Associação Florestal do Lima	Antigos Paços do Concelho – Praça. da República 4990 • Ponte de Lima Telem.: 917 625 099 • Tel./Fax: 25 894 41 03	Eng ^a . Sónia Marques
Associação Florestal de Basto	Av. Capitão Elísio de Azevedo, Lt.14, 2º D – Cabeceiras de Basto 4860 Arco de Baúlhe Tel. / Fax: 253 665 309 • Telem.: 96 804 41 63	Eng ^o . Artur Mota
Associação Florestal do Cávado	Campo das Carvalheiras nº 1 • 4700-419 Braga Tel. / Fax: 253 218 713 • Telem.: 91 976 47 45	Eng ^o . André Rebelo
Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho	Largo dos Padrões, Bloco 4, • 4950-491 Monção Tel. / Fax: 251 654 096 • Telem.: 96 707 39 90	Eng ^a . Margarida Barbosa e Eng ^a . Elisabete Araújo
Associação Florestal de Entre-Douro e Tâmega	Estrada Larga – Túias • 4630 Marco de Canavezes Tel./Fax: 255 523 556 • Telem.: 96 235 42 85	Eng ^o . António Neto
Associação Florestal do Vale do Douro Norte	Antiga Câmara Municipal – L ^a . do Pelourinho – Apartado 38 • 45090 Murça Tel.: 259 511 712 • Telem.: 91 955 40 42	Eng ^o . João Teixeira
PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto	Rua 5 de Outubro, nº 68 (Ed. Bombeiros) • 4420 Gondomar Tel./Fax: 22 463 18 66 • Telem.: 96 249 75 63	Eng ^a Teresa Neves
ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana	Ed. Casa do Povo – Largo do Tournal • 5320-311 Vinhais Tel./Fax: 273 770 070 • Telem.: 96 2404007	Eng ^o António Borges
Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga	P. Brandão de Vasconcelos, 10 (Antigo edifício escolar) • 4540-110 Arouca Tel./Fax: 256 949 041 • Telem.: 96 267 51 63	Eng ^o Jorge Cunha
Associação dos Silvicultores do Vale do Ave	Quinta do Pinhão • S. Torcato • Apartado 1076 • 4811-908 Guimarães Tel.: 253 55 37 76 • Telem.: 91 740 69 89	Eng ^o Rui Guimarães
FLORISVOUGA – Associação Florestal de Lafões	(Sede prov.) Drizes, Bairro Novo • Apartado 23660 S. Pedro do Sul Fax: 232 712 696 • Telem.: 96 776 37 16	-
AGRIARBOL – Associação Produtora Agro-Florestal da Terra Quente	Mercado Municipal, loja 34 • 5340 Macedo de Cavaleiros Tel.: 2 784 216 98 • Telem.: 934 257 532	Eng ^o Paulo Alexandre
URZE – Associação Produtora Florestal da Encosta da Serra da Estrela	Av. dos Bombeiros Voluntários, 8 – Casa da Torre • 6290-520 Gouveia Tel.: 238 492 411 • Fax: 238 494 183	-
Associação Florestal do Baixo Vouga	(Sede prov.) Rua Padre Joaquim Rocha, nº 748 – Lombomeão • 3840 Vagos Telem.: 917 133 536	Eng ^o Luís Sarabando
ARAVIS – Associação Regional de Agricultores de Viseu	Av. Emídio Navarro, nº 27, 3º – loja 24 A/D – Centro Comercial Académico • 3500 Viseu Tel.: 232 422 568 • Fax: 232 422 568	Eng ^o José Teixeira
CAPOLIB – Cooperativa Agrícola Boticas – Secção Florestal do Alto Tâmega e Barroso	Av. do Eiró • 5460 Boticas Tel.: 276 415 787 • Fax: 276 415 734 • Telem.: 962 683 270	Eng ^o Ricardo Saldanha
Cooperativa Silvo-Agro Pecuária de Vila Nova de Ceira	3300 Vila Nova de Ceira Tel.: 235 770 170 • Fax: 235 770 176	-